

RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

3.º TRIMESTRE DE 2017

ÍNDICE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL
2. ANÁLISE FINANCEIRA COMPARATIVA
3. ANÁLISE PLANO DE INVESTIMENTOS
4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”
5. BALANÇO
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2017
8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

O 3.º Trimestre de 2017 foi encerrado com Resultados Líquidos positivos de 2,98 milhões de euros, atingindo valores superiores ao previsto para este período em 21% (+519 mil euros).

Unid: Euros				
	ORÇAMENTO SET/2017	REAL SET/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
RESULTADOS OPERACIONAIS	3.180.904	3.912.965	732.061	23,0%
RESULTADOS FINANCEIROS	78.000	60.731	-17.269	-22,1%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	3.258.904	3.973.697	714.793	21,9%
IMPOSTOS	793.373	989.502	196.129	24,7%
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.465.531	2.984.195	518.664	21,0%

Resultados Operacionais

No trimestre em análise, a atividade Operacional da APSS registou valores superiores ao orçamentado em 23% (+732 mil euros). Esta variação é justificada pelo decréscimo dos gastos operacionais (-8,7%; -1,26 milhões de euros), conjugado também pelo decréscimo dos rendimentos operacionais (-3%; -529 mil euros).

- Gastos Operacionais

Os gastos com *“Fornecimentos e Serviços Externos”* apresentaram significativos decréscimos face ao previsto, nomeadamente, as rubricas de *“Trabalhos Especializados”* e *“Conservação e Reparação”*.

Na rubrica de *“Trabalhos Especializados”* e *“Conservação e Reparação”* foram previstos diversos trabalhos de natureza pontual, que ainda não se realizaram, e que justificam o diferencial apurado face ao estimado.

Contrariando a tendência de redução de gastos, está a rubrica da *“Água”* que regista, no período em análise, um acréscimo de 31,5% (+122 mil euros) comparativamente com os valores previstos para este período. A justificação para este aumento está relacionada com uma rutura na rede de água. Tendo em conta a antiguidade das redes de água na área sob jurisdição da APSS, será realizado um estudo sobre o estado das mesmas, de forma a prevenir a ocorrência de novas situações.

Relativamente aos gastos com Amortizações e Depreciações a variação de 8,4% face ao orçamentado, deve-se ao facto de parte significativa do investimento realizar-se apenas no último trimestre de 2017.

Através do quadro seguinte podem ser analisadas todas as variações face aos valores orçamentados para o período em apreço:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO SET/2017	REAL SET/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.244.053	2.041.205	-202.848	-9,0%
Trabalhos Especializados	400.708	265.011	-135.697	-33,9%
Publicidade e Propaganda	41.738	45.479	3.742	9,0%
Vigilância e Segurança	205.290	188.047	-17.243	-8,4%
Honorários	15.000	4.974	-10.026	-66,8%
Conservação e Reparação	351.713	251.425	-100.288	-28,5%
Ferramentas e Utensílios	4.500	5.134	634	14,1%
Livros e Documentação Técnica	2.175	1.271	-904	-41,6%
Material de Escritório	15.000	14.904	-96	-0,6%
Artigos para Oferta	3.000	0	-3.000	-100,0%
Electricidade	329.080	325.346	-3.733	-1,1%
Combustíveis	124.950	103.839	-21.111	-16,9%
Água	386.250	507.891	121.641	31,5%
Outros Flúidos	3.750	2.066	-1.684	-44,9%
Deslocações e Estadas	18.000	12.160	-5.840	-32,4%
Transp. Mercadorias/Pessoal	15.000	20.240	5.240	34,9%
Rendas e Aluguers	1.875	1.154	-721	-38,5%
Comunicações	56.625	39.935	-16.690	-29,5%
Seguros	25.650	21.260	-4.390	-17,1%
Contencioso e Notariado	7.500	5.650	-1.851	-24,7%
Despesas de Representação	7.500	1.710	-5.790	-77,2%
Limpeza/Higiene/Conforto	209.625	212.267	2.642	1,3%
Outros Fornecimentos e Serviços	19.125	11.444	-7.681	-40,2%
GASTOS COM PESSOAL	6.583.669	6.058.543	-525.126	-8,0%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	4.801.307	4.398.964	-402.343	-8,4%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	75.000	75.142	142	0,2%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	770.470	639.236	-131.234	-17,0%
GASTOS OPERACIONAIS	14.474.499	13.213.089	-1.261.410	-8,7%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	1.500	0	-1.500	-100,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	14.475.999	13.213.089	-1.262.910	-8,7%

- **Rendimentos Operacionais**

Os Rendimentos Operacionais da APSS ficaram abaixo do valor orçamentado, para este período, em 3,0% (-529 mil euros), destacando-se o decréscimo de ganhos nas rubricas de “Serviços Portuários” (-3,6%; -171 mil euros) e “Concessões” (-5,9%; -473 mil euros).

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	ORÇAMENTO SET/2017	REAL SET/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	4.817.850	4.646.361	-171.489	-3,6%
TUP Navio	2.212.500	2.239.002	26.502	1,2%
Armazenagem	112.500	111.961	-539	-0,5%
Aluguer Equipamento	1.354	1.095	-259	-19,1%
Pilotagem	2.400.000	2.167.007	-232.993	-9,7%
Fornecimento Pessoal	22.500	22.994	494	2,2%
Estacionamento (TES)	13.382	9.955	-3.427	-25,6%
Outros	55.614	94.348	38.734	69,6%
TAXAS E LICENÇAS	1.490.814	1.471.832	-18.982	-1,3%
Taxas de Ocupação	1.206.811	1.175.129	-31.682	-2,6%
Licenças Diversas	47.184	84.154	36.971	78,4%
Náutica de Recreio	236.819	212.549	-24.270	-10,2%
CONCESSÕES	8.020.782	7.548.056	-472.727	-5,9%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.627.273	1.378.917	-248.356	-15,3%
Concessão Multiusos - Zona 2	3.422.509	3.222.603	-199.905	-5,8%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	307.343	266.237	-41.106	-13,4%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	125.877	121.019	-4.858	-3,9%
Concessão Praias do Sado	185.123	178.034	-7.089	-3,8%
Concessão Autoeuropa	391.304	390.798	-506	-0,1%
Concessão Tanquisado	118.467	118.467	0	0,0%
Concessão Secil	471.970	465.560	-6.410	-1,4%
Concessão Teporset	483.714	483.298	-416	-0,1%
Concessão Uralada	56.496	56.424	-73	-0,1%
Concessão Portugália	22.350	22.350	0	0,0%
Concessão Docapesca	205.491	219.117	13.626	6,6%
Concessão Clube Naval Sesimbra	28.157	28.157	0	0,0%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	230.096	230.096	0	0,0%
Concessão Repsol	30.677	20.671	-10.006	-32,6%
Concessão Atlantic Ferries	194.400	202.590	8.190	4,2%
Concessão Marina Tróia	22.343	29.955	7.613	34,1%
Concessão Artesanalpesca	25.259	25.259	0	0,0%
Concessão Marina Marbelha	71.936	88.504	16.568	23,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	112.500	43.450	-69.050	-61,4%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	30.000	113.765	83.765	279,2%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.183.457	3.302.591	119.134	3,7%
RENDIMENTO OPERACIONAIS	17.655.403	17.126.054	-529.348	-3,0%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	79.500	60.731	-18.769	-23,6%
TOTAL RENDIMENTOS	17.734.903	17.186.786	-548.117	-3,1%

O decréscimo dos rendimentos com **“Serviços Portuários”** deveu-se à redução de rendimentos provenientes da Taxa de Pilotagem (-9,7%; -233 mil euros), quando comparado com o valor estimado para este período.

Da análise ao quadro abaixo, registou-se um número inferior de navios bem como da mercadoria movimentada face às estimativas para o período em análise. No entanto, apesar de uma redução do n.º de navios, verificou-se um acréscimo do respetivo GT.

Indicadores de Actividade	ORÇAMENTO		REAL	VARIAÇÃO	
	2017	3.º TRIM/17	3.º TRIM/17		%
Mercadoria (Ton)	7.650.000	5.737.500	5.139.485	-598.015	-10,4%
N.º de Navios Act. Com. (Un.)	1.645	1.234	1.107	-127	-10,3%
Gross Tonn Nav.Act.Com. (GT)	20.125.000	15.093.750	15.873.287	779.537	5,2%

O rendimento resultante das **“Concessões Portuárias”** registou uma variação negativa de -7,1% (-509 mil euros) relativamente ao orçamentado para este período, onde se evidenciam as concessões do *Terminal Multiusos – Zona 1* e do *Terminal Multiusos – Zona 2*, com uma variação de -15,3% (-248 mil euros) e -5,8% (-200 mil euros), respetivamente.

Globalmente, as **“Concessões Não Portuárias”** registaram um ligeiro acréscimo (+36 mil euros) face à estimativa para o 3.º trimestre de 2017, devido às concessões da Marina Marbella e Docapesca.

Os rendimentos com **“Taxas e Licenças”** registaram uma variação negativa de 1,3% (-19 mil euros) face ao valor orçamentado, devido ao decréscimo de rendimentos provenientes das taxas de ocupação (-2,6%; -32 mil euros) e da Náutica de Recreio (-10,2%; -24 mil euros). Até à data, ainda não foram contabilizados quaisquer rendimentos referentes à exploração das áreas na Doca dos Pescadores, justificando, em parte, a quebra dos rendimentos previstos para a Náutica de Recreio.

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros registaram um valor inferior ao orçamentado em 22,1% (-17 mil euros).

2. ANÁLISE COMPARATIVA REAL 2017/REAL 2016

A Conta de Exploração do 3.º Trimestre de 2017 foi sujeita a determinados ajustamentos extra-contabilísticos (como por ex. Amortizações, Subsídios ao Investimento, Gastos com Pessoal), que visam o cumprimento do Princípio Contabilístico da Especialização das perdas e dos ganhos.

Com a adoção de uma política contabilística concertada com as demais administrações portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente para a empresa no final dos respetivos contratos, a APSS considerou as infraestruturas portuárias construídas no âmbito das Concessões da Teporset e Atlantic Ferries, que irão reverter para a APSS no final do contrato de concessão.

Os *Resultados Líquidos da APSS*, no final do período em análise, atingiram o montante de cerca de 2,98 milhões de euros, ou seja, superiores em 1,4% face aos Resultados obtidos em igual período de 2016.

Com base nos valores obtidos, foram apurados os respetivos impostos (sobre o Rendimento e Diferido), no valor total de 990 mil euros.

Unid: Euros				
	REAL SET/2016	REAL SET/2017	DIF. (R17-R16)	% (R-R)
RESULTADOS OPERACIONAIS	3.848.275	3.912.965	64.690	1,7%
RESULTADOS FINANCEIROS	72.970	60.731	-12.239	-16,8%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	3.921.245	3.973.697	52.452	1,3%
IMPOSTOS	978.099	989.502	11.402	1,2%
RESULTADOS LÍQUIDOS	2.943.146	2.984.195	41.049	1,4%

Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais registaram um ligeiro acréscimo de 1,7% (+ 65 mil euros) face ao período homólogo de 2016.

Esta variação ficou a dever-se a um aumento dos rendimentos operacionais (+2,8 %; +459 mil euros), devido nomeadamente ao aumento dos rendimentos da TUP Navio e de algumas Concessões Portuárias e Não Portuárias. O acréscimo dos Resultados Operacionais não foi superior, tendo em conta que também se verificou um aumento dos gastos operacionais em 3,1% (+394 mil euros), nomeadamente, devido ao aumento dos gastos com Água e dos Gastos com Pessoal.

Ao analisar em pormenor as variações nas diversas rubricas de rendimentos e gastos, ocorridos no trimestre em análise face a igual período do ano de 2016, salienta-se:

Gastos Operacionais

O aumento dos Gastos Operacionais é justificado pelas rubricas de *Fornecimentos e Serviços Externos* (+6,3%; -121 mil euros) e *Gastos com Pessoal* (+5,6%; +322 mil euros).

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL SET/2016	REAL SET/2017	DIF. (R17-R16)	% (R-R)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.919.900	2.041.205	121.306	6,3%
Trabalhos Especializados	324.333	265.011	-59.322	-18,3%
Publicidade e Propaganda	35.047	45.479	10.432	29,8%
Vigilância e Segurança	187.328	188.047	719	0,4%
Honorários	10.872	4.974	-5.898	-54,2%
Conservação e Reparação	213.484	251.425	37.941	17,8%
Ferramentas e Utensílios	1.195	5.134	3.939	329,5%
Livros e Documentação Técnica	2.051	1.271	-780	-38,0%
Material de Escritório	13.441	14.904	1.463	10,9%
Artigos para Oferta	1.642	0	-1.642	-100,0%
Electricidade	307.520	325.346	17.826	5,8%
Combustíveis	88.938	103.839	14.901	16,8%
Água	387.364	507.891	120.527	31,1%
Outros Fluídos	1.649	2.066	416	25,2%
Deslocações e Estadas	18.600	12.160	-6.440	-34,6%
Transp. Mercadorias/Pessoal	14.192	20.240	6.048	42,6%
Rendas e Alugueres	293	1.154	861	293,9%
Comunicações	57.432	39.935	-17.497	-30,5%
Seguros	24.779	21.260	-3.520	-14,2%
Contencioso e Notariado	5.099	5.650	551	10,8%
Despesas de Representação	5.027	1.710	-3.317	-66,0%
Limpeza/Higiene/Conforto	205.132	212.267	7.136	3,5%
Outros Fornecimentos e Serviços	14.482	11.444	-3.037	-21,0%
GASTOS COM PESSOAL	5.736.279	6.058.543	322.264	5,6%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	4.438.831	4.398.964	-39.867	-0,9%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	75.000	75.142	142	0,2%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	648.991	639.236	-9.756	-1,5%
	0			
GASTOS OPERACIONAIS	12.819.000	13.213.089	394.089	3,1%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0	0	0	0,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	12.819.000	13.213.089	394.089	3,1%

✓ **Fornecimentos e Serviços Externos (+6,3%; +121 mil euros)**

O aumento verificado na rubrica de gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, ficou a dever-se essencialmente, aos gastos com Água, que registou um acréscimo de 31,1% (+121 mil euros), face a igual período do ano de 2016.

Esta variação será atenuada até ao final do ano de 2017, tendo em conta que o problema que originou este acréscimo de gastos (fugas na rede de águas) já foi resolvido. Na sequência deste problema, surgiu a necessidade de efetuar uma análise mais rigorosa à rede de águas, de forma a prevenir a ocorrência de novos problemas desta natureza.

Os gastos com Comunicações sofreram um decréscimo de 30,5% (-17 mil euros) comparativamente com 2016, devido à reestruturação e integração das comunicações fixas na rede de fibra ótica.

✓ **Gastos com Pessoal (+5,6%; +322 mil euros)**

Os Gastos com Pessoal sofreram um aumento de 5,6% quando comparado com igual período de 2016, reflexo do descongelamento das progressões nas carreiras e respetivas diuturnidades, à data de 1 de julho de 2016.

Rendimentos Operacionais

Com vista ao cumprimento do Princípio da Especialização foram realizados, neste período, ajustamentos ao nível dos rendimentos resultantes de Taxas e Licenças e Concessões, pela afetação dos correspondentes duodécimos já que a faturação corresponde, na sua maioria, ao ano completo.

✓ **Serviços Portuários (+7,8%; +336 mil euros)**

Em termos estatísticos, a movimentação portuária no trimestre em análise face a igual período do ano de 2016 é a seguinte:

ATIVIDADE PORTUÁRIA	SETEMBRO/2017	SETEMBRO/2016	VAR.17/16
MOVIMENTAÇÃO MERCADORIAS (Ton)	5.139.485	5.547.493	-7,4%
N.º NAVIOS (em ativ.comercial)	1.107	1.184	-6,5%
Total GT (1.000 Ton)	15.873.287	14.399.428	10,2%

Com exceção do indicador Total GT, que registou um aumento de 10,2%, os restantes indicadores apresentam um decréscimo face a igual período de 2016.

Comparativamente com o período homólogo de 2016, a variação dos indicadores portuários não teve reflexos diretos ao nível dos respetivos rendimentos, nomeadamente a TUP Navio e Taxa de Pilotagem.

No caso da TUP Navio, verificou-se um aumento de 14,4% (+281 mil euros) face a 2016, no entanto o n.º navios registado sofreu uma quebra de 6,5%. Este facto deve-se a um prolongamento da estadia dos navios em porto, ou seja, verificou-se um aumento da TUP Navio – Restantes Períodos, que leva a contrariar a variação do indicador do n.º de navios face a igual período de 2016.

O decréscimo dos rendimentos provenientes da Taxa de Pilotagem (-2,2%; -48 mil euros), comparativamente com o 3.º trimestre de 2016, contraria o indicador do Total GT (cujas variação foi positiva em 10,2%, face a 2016). A diminuição do n.º de manobras em 2017 (335 mudanças) face a igual período de 2016 (466 mudanças) justificam, em grande parte, a significativa redução dos rendimentos com a pilotagem, apesar do GT dos navios ter aumentado.

Os rendimentos resultantes da Armazenagem registaram um acréscimo de 150,7% (+67 mil euros), devido à conjugação de dois fatores: o aumento da movimentação de carga Roll-on Roll-off neste período (+30,1%) e a alteração do respetivo tarifário.

✓ **Concessões (-0,3%; -23 mil euros)**

Em termos globais, as *Concessões Portuárias* registaram um decréscimo de 1,8% (-120 mil euros) face ao 3.º trimestre de 2016.

Esta variação resultou, essencialmente, da *Concessão Multiusos – Zona 1*, que em termos de movimentação portuária teve um decréscimo de 21,6%, refletindo-se numa diminuição dos rendimentos de 10,8% (-167 mil euros).

Pela positiva, salientam-se as *Concessões Multiusos – Zona 2 e Tanquisado*, com um acréscimo dos rendimentos de 1% (+31 mil euros) e 102,6% (+60 mil euros), respetivamente. Este aumento foi reflexo de uma melhoria da movimentação portuária nestes terminais (+0,8% e +131,1%, respetivamente).

As *Concessões não Portuárias* registaram um aumento de 12,6% (+97 mil euros) comparativamente com idêntico período de 2016. Sendo que este aumento se deve, maioritariamente, à Concessão da Marina Marbella.

Devido a questões de natureza contratual, não foi emitida qualquer faturação ao longo do ano de 2016. Em meados de 2017, chegou-se a um acordo entre partes, e desse modo procedeu-se à faturação normal da concessão, justificando assim, a variação de 100% nos rendimentos desta concessão face ao ano de 2016.

A redução de rendimentos com a Concessão Repsol (-32,2%; -10 mil euros), está relacionada com a caducidade do respetivo contrato de concessão, que ocorreu em meados de 2017. O espaço em questão, após negociações, foi novamente adjudicado à Repsol, mas sob a forma de licença de ocupação de terraplenos, justificando assim o diferencial de rendimentos face a 2016.

Todas as restantes Concessões não Portuárias registaram valores acima dos obtidos em 2016.

✓ **Outros Rendimentos e Ganhos (+1,7%; +56 mil euros)**

Em 2017, registou-se um acréscimo dos rendimentos provenientes da Venda de Água e Energia a terceiros, no valor de 41 mil euros (+6,7%), relativamente ao mesmo período de 2016.

A variação positiva registada nesta rubrica também ficou a dever-se ao recebimento da quota-parte do investimento realizado no âmbito do projeto PIPE.

Resultados Financeiros

Em Janeiro de 2011, foi efetuada a liquidação total e antecipada do empréstimo contraído junto do Banco BPI, passando a situação a ser de endividamento nulo, razão pela qual não existem gastos de natureza financeira.

Por outro lado, os juros resultantes das aplicações financeiras dos meios libertos de tesouraria registaram um decréscimo face ao 3.º trimestre de 2016, devido à contínua redução das taxas de juro praticadas pelo IGCP.

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	REAL SET/2016	REAL SET/2017	DIF. (R17-R16)	% (R-R)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	4.310.326	4.646.361	336.035	7,8%
TUP Navio	1.957.700	2.239.002	281.301	14,4%
Armazenagem	44.666	111.961	67.295	150,7%
Aluguer Equipamento	1.400	1.095	-305	-21,8%
Pilotagem	2.215.031	2.167.007	-48.024	-2,2%
Fornecimento Pessoal	18.662	22.994	4.332	23,2%
Estacionamento (TES)	12.672	9.955	-2.717	-21,4%
Outros	60.195	94.348	34.153	56,7%
TAXAS E LICENÇAS	1.438.944	1.471.832	32.888	2,3%
Taxas de Ocupação	1.169.413	1.175.129	5.716	0,5%
Licenças Diversas	64.504	84.154	19.650	30,5%
Náutica de Recreio	205.027	212.549	7.522	3,7%
CONCESSÕES	7.570.743	7.548.056	-22.687	-0,3%
Concessão Multiusos - Zona 1	1.545.961	1.378.917	-167.044	-10,8%
Concessão Multiusos - Zona 2	3.191.419	3.222.603	31.184	1,0%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	276.932	266.237	-10.696	-3,9%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	116.445	121.019	4.574	3,9%
Concessão Praias do Sado	191.452	178.034	-13.418	-7,0%
Concessão Autoeuropa	388.583	390.798	2.215	0,6%
Concessão Tanquisado	58.461	118.467	60.006	102,6%
Concessão Secil	495.490	465.560	-29.930	-6,0%
Concessão Teporset	480.423	483.298	2.875	0,6%
Concessão Uralada	56.104	56.424	320	0,6%
Concessão Portugalia	13.333	22.350	9.016	67,6%
Concessão Docapesca	219.618	219.117	-501	-0,2%
Concessão Clube Naval Sesimbra	27.057	28.157	1.100	4,1%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	228.792	230.096	1.304	0,6%
Concessão Repsol	30.503	20.671	-9.832	-32,2%
Concessão Atlantic Ferries	201.815	202.590	775	0,4%
Concessão Marina Tróia	23.239	29.955	6.716	28,9%
Concessão Artesanalpesca	25.115	25.259	143	0,6%
Concessão Marina Marbelha	0	88.504	88.504	100,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	50.610	43.450	-7.161	-14,1%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	49.596	113.765	64.170	129,4%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.247.057	3.302.591	55.534	1,7%
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	16.667.275	17.126.054	458.779	2,8%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	72.970	60.731	-12.239	-16,8%
TOTAL RENDIMENTOS	16.740.245	17.186.786	446.540	2,7%

3. ANÁLISE DO PLANO DE INVESTIMENTOS

A realização financeira do Plano de Investimentos no final do período em análise atingiu o montante 697 mil euros, que corresponde a 6,3% do valor orçamentado para o corrente ano.

Dos investimentos realizados neste período, destacam-se os seguintes:

- A contínua elaboração de estudos no âmbito do projeto “*Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal*”. Em agosto de 2017 procedeu-se ao lançamento do Concurso Público Internacional, que se encontra em fase de análise de propostas, estimando-se que a sua adjudicação ocorra até final do corrente ano;
- A realização da empreitada de “*Reparação e Beneficiação da Via Férrea da APSS, no porto de Setúbal*”, cuja conclusão deverá ocorrer durante o último trimestre de 2017. O valor da empreitada ascende ao montante de 326 mil euros;
- No âmbito do projeto “*Sistema de Informação Portuário*”, foram concluídos os projetos: CUP - Cartão Único Portuário, JUP II - Janela Única Portuária e FUP - Fatura Única Portuária, estando em desenvolvimento trabalhos relativos à estatística portuária com base na JUP II.
- No âmbito do projeto “*Melhoria da Eficiência Energética*”, efetuou-se a “*Substituição das armaduras de iluminação pública no troço entre o Terminal Ferry e a portaria do Multiusos – Zona 1*”, cujo investimento foi de 61 mil euros;
- O contínuo investimento na Melhoria do Assinalamento Marítimo, com a aquisição de novas boias de assinalamento marítimo dos canais de navegação.

PROJECTOS	2017	set-17
PORTO COMERCIAL: LOGÍSTICA PORTUÁRIA		
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	3.999.550	66.705
Requalificação de Infraestruturas e acessos aos Terminais RO-RO e TMS2	1.550.000	
Modernização das linhas férreas na área de jurisdição da APSS	400.000	317.225
Melhoria dos acessos ferroviários à zona central do porto	540.000	
Sistema de Informação Portuário	1.155.500	88.049
AMBIENTE E SEGURANÇA		
Melhoria da Eficiência Energética	183.305	61.304
Lancha de Pilotagem	400.000	
Equipamento de Transporte	251.000	22.301
Melhoria do Assinalamento Marítimo	31.000	12.446
PORTO DE PESCA		
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	471.000	
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	30.000	
Ordenamento da área envolvente da Doca dos Pescadores	590.000	
Ordenamento do porto de Sesimbra	227.500	
PORTO-CIDADE		
Reabilitação na frente ribeirinha	365.000	4.810
Reabilitação da Doca de Recreio das Fontainhas	100.000	
Requalificação do terrapleno e execução de rampa de alagem em Santa Catarina	160.000	
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	129.000	
OUTROS INVESTIMENTOS	505.700	124.131
TOTAL	11.088.555	696.971

4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”

Tendo como principal objetivo a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 14 de fevereiro, o PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”. Este programa abrange serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, os municípios e empresas públicas, de acordo com diferentes regras e mecanismos.

De acordo com o definido no n.º 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008 e alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	31-12-2016	31-03-2017	30-06-2017	30-09-2017
Prazo Médio de Pagamentos	46	43	50	52

No 3.º Trimestre de 2017, o Prazo Médio de Pagamentos registou um acréscimo de 4%, face ao 2.º trimestre de 2017, correspondente a um aumento de 2 dias.

A APSS considera como crédito não reconhecido, toda a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, por a considerar indevida, não tendo intenção de a liquidar. Estando, no entanto, em análise a reclamação efetuada junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. A esta dívida acresce também, como um crédito não reconhecido, o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006.

5. BALANÇO

		Unid.: Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		30-09-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos Intangíveis		201.507,54	124.656,59
Ativos fixos tangíveis		76.712.778,97	80.492.290,86
Clientes M/L Prazo		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		796,26	484,68
Ativos por impostos diferidos		334.657,51	350.603,40
		77.249.740,28	80.968.035,53
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes		1.689.000,21	1.985.913,25
Adiantamentos a fornecedores		590,00	590,00
Estado e outros entes públicos		20.713,86	117.751,65
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber		889.408,65	168.050,99
Diferimentos		10.136,66	80.688,94
Caixa e depósitos bancários		31.240.127,52	26.146.716,08
		33.849.976,90	28.499.710,91
Total do Ativo		111.099.717,18	109.467.746,44
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		15.100.000,00	15.100.000,00
Prêmios de emissão			
Reservas legais		3.190.062,46	3.190.062,46
Outras reservas		35.049.434,47	32.070.515,60
Reservas não distribuíveis - Concessões		1.307.471,20	1.065.222,38
Resultados transitados		-22.896,15	-22.896,15
Outras variações no capital próprio		25.746.363,75	27.200.391,35
		80.370.435,73	78.603.295,64
Resultado líquido do período		2.984.195,21	3.221.167,69
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		83.354.630,94	81.824.463,33
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		490.974,63	490.974,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		455.857,72	520.942,98
Passivos por impostos diferidos		507.644,90	448.686,96
Outras Contas a Pagar		7.592.929,76	8.058.876,20
Diferimentos		12.279.196,96	12.846.697,54
		21.326.603,97	22.366.178,31
Passivo corrente			
Fornecedores		819.099,33	854.255,84
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		752.431,46	357.956,06
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		2.474.359,00	2.312.106,23
Diferimentos		2.372.592,49	1.752.786,67
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		6.418.482,28	5.277.104,80
Total do Passivo		27.745.086,24	27.643.283,11
Total do Capital Próprio e do Passivo		111.099.717,18	109.467.746,44

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		ORÇAMENTO	30-09-2017	30-09-2016
Vendas e Serviços Prestados		14.329.446	13.666.249	13.320.013
Trabalhos para a própria entidade		112.500	43.450	50.610
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0		0
Fornecimentos e serviços externos		-2.244.053	-2.041.205	-1.919.900
Gastos com o pessoal		-6.583.669	-6.058.543	-5.736.279
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-45.000	38.624	-25.404
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0
Outros rendimentos e ganhos		1.257.593	1.376.726	1.303.852
Outros gastos e perdas		-770.470	-639.236	-648.991
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.056.347	6.386.065	6.343.901
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-4.801.307	-4.398.964	-4.438.831
Subsídios ao Investimento		1.925.864	1.925.864	1.943.205
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3.180.904	3.912.965	3.848.275
Juros e rendimentos similares obtidos		79.500	60.731	72.970
Juros e gastos similares suportados		-1.500	0	0
Resultados antes de impostos		3.258.904	3.973.697	3.921.245
Imposto sobre o Rendimento - Corrente		-716.974	-914.598	-901.747
Imposto sobre o Rendimento - Diferido		-76.399	-74.904	-76.352
Resultado Líquido do Período		2.465.531	2.984.195	2.943.146
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		2.465.531	2.984.195	2.943.146
Interesses Minoritários				
		2.465.531	2.984.195	2.943.146
Resultado por acção básico		0,82	0,99	0,97

7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2017

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado, foi definida uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promovam o equilíbrio operacional.

Foi, igualmente definido, que as empresas com EBITDA positivo deveriam assegurar a redução do peso dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal no Volume de Negócios.

À data de 30/09/2017, e quando comparado com o previsto em termos orçamentais, o objetivo de assegurar a redução do peso dos Gastos no Volume de Negócios foi atingido, verificando-se uma redução de 3,2 p.p. Já quando comparado com o real do mesmo período do ano anterior, o mesmo rácio apresenta um aumento de 2,9 p.p..

Desta forma, apresenta-se, através dos seguintes quadros, o ponto de situação à data de 30/9/2017:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO SET/2017	REAL SET/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	2.244.053	2.041.205	-202.848	-9,0%
GASTOS COM PESSOAL	6.583.669	6.058.543	-525.126	-8,0%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.827.722	8.099.748	-727.974	-8,2%
VOLUME DE NEGÓCIOS	15.125.199	14.337.260	-787.938	-5,2%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	58,4%	56,5%		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL		-3,2 p.p.		

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL SET/2016	REAL SET/2017	DIF. (17-16)	% (17-16)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	1.919.900	2.041.205	121.306	6,3%
GASTOS COM PESSOAL	5.736.279	6.058.543	322.264	5,6%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	7.656.178	8.099.748	443.570	5,8%
VOLUME DE NEGÓCIOS	13.950.870	14.337.260	386.390	2,8%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	54,9%	56,5%		
VARIAÇÃO REAL17/REAL16		+2,9 p.p.		

No trimestre em análise, e tendo em consideração as toneladas movimentadas, verificou-se um acréscimo dos gastos por tonelada quer quando comparado com o realizado em igual período do ano de 2016 (+14,2 p.p), quer quando comparado com o valor orçamentado para este período (+2,4 p.p).

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO SET/2017	REAL SET/2017	DIF. (R-O)	% (R-O)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	8.827.722	8.099.748	-727.974	-8,2%
TONELADAS MOVIMENTADAS	5.737.500	5.139.485	-598.015	-10,4%
GASTOS POR TONELADA	1,54	1,58		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	+ 2,4 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL SET/2016	REAL SET/2017	DIF. (17-16)	% (17-16)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	7.656.178	8.099.748	443.570	5,8%
TONELADAS MOVIMENTADAS	5.547.493	5.139.485	-408.008	-7,4%
GASTOS POR TONELADA	1,38	1,58		
VARIAÇÃO REAL17/REAL16	+ 14,2 p.p.			

8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com o Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, há que prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

Até ao final do 3º trimestre de 2017, a APSS efetuou as seguintes adjudicações de prestações de serviços, que se enquadram nos parâmetros atrás referidos.

- Adjudicação, em 20/04/2017, à empresa *LUSO-ATLÂNTICA – Corretor de Seguros, SA*, do serviço de seguros, para o período de 1 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018, no montante de 209.321,10 euros.
O procedimento adotado foi o *Ajuste Direto*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 24.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 02/06/2017, à empresa *PH Energia, Lda*, o fornecimento de energia elétrica em *M.T e B.T.E*, para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, no montante de 422.636,05 euros.
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 27/07/2017, à empresa *JMC – Serviços de Limpeza, Unipessoal Lda*, da prestação de serviços de limpeza das instalações da APSS, para o período de 1 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2020, no montante de 140.220 euros.
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 31/08/2017, à empresa *Securitas – Serviços Tec. de Segurança, SA*, da prestação de serviços de Vigilância e Segurança das instalações da APSS, para o período de 1 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018, no montante de 216.779,40 euros.
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

RELATÓRIO DO 3.º TRIMESTRE DE 2017

DO CONSELHO FISCAL

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, que rege a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) e aprovou os respetivos Estatutos, conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do sector público empresarial, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório relativo ao 3.º trimestre de 2017.

O relatório em apreço versa os controlos efetuados, anomalias detetadas e os principais desvios ocorridos, entre os valores executados até ao final do 3.º trimestre de 2017 e os previstos no Plano de Atividades e Orçamento, 2017-2019, datado de 31 de agosto de 2017¹, bem como, os verificados no período homólogo de 2016.

O relatório abrange o conjunto de factos ocorridos durante o 3.º trimestre de 2017 e tem por base o Relatório Económico-Financeiro do Conselho de Administração da Sociedade, relativo ao 3.º trimestre de 2017 e o Memorando de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC) que integra o Conselho Fiscal, datado de 18 de janeiro de 2018, anexo ao presente documento, constituindo parte integrante do mesmo e ainda da análise das atas do Conselho de Administração e nos esclarecimentos prestados pela Sociedade.

2. Atividade desenvolvida e análise da execução orçamental

Relativamente aos factos e resultados atingidos no 3.º trimestre de 2017, evidenciam-se os seguintes aspetos:

¹ Que aguarda aprovação

9
GA

- O Resultado líquido no final do 3.º trimestre de 2017 atingiu o montante de cerca de 2.984,2 mil euros, situando-se cerca de 21% e 1,4% acima, respetivamente do valor orçamentado e do verificado no período homólogo, correspondente, neste último caso, a uma variação de cerca de +41 mil euros;
- As variações ocorridas no resultado líquido refletem, essencialmente, os movimentos verificados no resultado operacional, o qual alcançou, no final do 3.º trimestre, o valor de cerca de 3.912,9 mil euros, superior em cerca de 23% e 1,7%, respetivamente, em relação ao previsto no orçamento e em relação aos valores alcançados no período homólogo;
- A variação positiva constatada no resultado operacional, em relação ao valor atingido no período homólogo fundamenta-se, essencialmente, no acréscimo dos rendimentos operacionais (no valor de cerca de 458,7 mil euros, cerca de + 2,8%), em particular, dos decorrentes dos serviços portuários, superior ao acréscimo registado nos gastos operacionais (no valor de cerca de + 394 mil euros, cerca de +3,1%), no qual se salientam os acréscimos nos gastos com pessoal.

Conforme expresso no relatório os indicadores da atividade portuária registaram no trimestre em causa uma pequena variação negativa, comparativamente ao verificado no período homólogo, com exceção do indicador de tonelagem de arqueação bruta (GT). Contudo, tal facto não se repercutiu nos rendimentos obtidos no trimestre em causa na medida em que se verificou um prolongamento da estadia dos navios no porto, justificando assim o acréscimo verificado nos rendimentos provenientes dos serviços portuários/TUP navio.

No trimestre em análise, constata-se por conseguinte a inversão da tendência verificada nos dois trimestres anteriores, relativamente à variação do resultado operacional face ao período homólogo, cujos valores foram influenciados por acréscimos reduzidos no total de rendimentos obtidos que não compensaram o acréscimo de custos

9/

- A APSS continua a manter um passivo remunerado nulo, pelo que o resultado financeiro reflete, essencialmente, a variação das remunerações obtidas junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (IGCP), em resultado da aplicação das suas disponibilidades nesta Agência, verificando-se que o resultado financeiro no final do 3.º trimestre de 2017 atingiu o montante de cerca de 60,7 mil euros, cerca de -17,2 mil euros em relação ao orçamentado (-22,1%) e cerca de -12,2 mil euros, em relação ao período homólogo (- 16,8%), sem expressão material no resultado líquido alcançado pela Sociedade no período em análise;
- A execução do plano de investimentos, até ao final do 3.º trimestre de 2017, foi de cerca de 696,9 mil euros, correspondente apenas a cerca de 6,3% do orçamentado, com base na utilização somente de recursos próprios, salientando o projecto de *Modernização das Linhas Férreas na Área de Jurisdição da APSS*, cujo valor executado até final do 3º trimestre ascendeu a cerca de 317,2 mil euros (cerca de 79% do valor orçamentado) e cuja conclusão está prevista para o corrente ano.
- Mais se refere que, no trimestre em análise não se constatem variações de relevo relativamente aos três principais projetos constantes do plano de investimento, assinalando-se, contudo, relativamente ao projeto referente à "Melhoria dos Acessos Marítimos do porto de Setúbal", que o mesmo obteve a prévia de Declaração de Impacto Ambiental Favorável ou Condicionalmente Favorável emitida pela APA, bem como aprovação por parte do acionista Estado, tendo-se procedido, no trimestre em causa, ao lançamento dos procedimentos concursais com vista à sua execução;
- Em termos da estrutura de capitais e comparando com os dados do final do ano de 2016 registam-se variações positivas, quer no ativo, quer no capital próprio, reforçando a estrutura equilibrada da APSS que regista ligeiros acréscimos no rácio de solvabilidade (capital próprio/passivo) e de autonomia financeira (capital próprio/ativo) os quais, no final do 3.º trimestre de 2017 atingiram, respetivamente, de 3 e de 75%;

9
50

- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 3.º trimestre de 2017, apurado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, foi de 52 dias, registando um acréscimo de 2 dias, relativamente ao verificado no final do 2º trimestre do corrente ano. O cálculo deste indicador é conforme assinalado em anteriores relatórios não considera a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, que a APSS considera indevida, nem o montante de 277 mil euros de faturas não aceites dos anos de 2005 e 2006;
- A APSS, S.A. no trimestre em análise efetuou novas adjudicações de prestação de serviços superiores a 125 mil euros (s/IVA), referentes à serviços de limpeza e de segurança, conforme identificado no Relatório Económico-Financeiro em causa;
- Relativamente às restantes orientações e disposições legais² aplicáveis às empresas do SEE referem-se ainda os seguintes aspetos:
 - i) Constata-se no trimestre em análise um acréscimo dos gastos operacionais relativamente ao volume de negócios, comparando com os valores alcançados no período homólogo;
 - ii) Verifica-se uma redução do conjunto dos gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como, os associados à frota automóvel, em relação aos valores alcançados no período homólogo;
 - iii) A APSS manteve a generalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, permanecendo, contudo, com três contas abertas junto de instituições de crédito cujo saldo, a 31 de setembro de 2017, representava cerca de 0,41% do valor detido em "caixa e depósitos bancários";

² Designadamente, o Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, na sua atual redação, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2017 e que contem algumas disposições aplicáveis à execução do orçamento das empresas públicas não reclassificadas, como é o caso da APSS, salvaguardando-se, contudo, que o mesmo data de 3 de março e que algumas dessas disposições, designadamente, as relativas a gastos operacionais, têm um referencial comparativo de carácter anual pelo que as análises trimestrais têm carácter meramente indicativo.

- Por último, relativamente aos factos ocorridos durante o 3º trimestre destacam-se ainda:
 - i) Revisão do Relatório de Governo Societário de 2016;
 - ii) Celebração de Acordo de regularização da dívida da Marina Marbella, Lda;
 - iii) Lançamento de procedimento concursal com vista à aquisição da prestação de serviços de recertificação do sistema de gestão do ambiente – LLOYD'S Register Quality Assurance;
 - iv) Lançamento de procedimentos concursais referentes a estudos de arqueologia e património e de hidrodinâmica e geologia costeira no âmbito do projeto de melhoria dos acessos marítimos ao porto de Setúbal;
 - v) Desenvolvimento de procedimento com vista à modernização do sistema VTS do porto de Setúbal;
 - vi) Aprovação do lançamento do concurso promovido pela APP relativa ao projeto JUL;
 - vii) Aprovação das orientações internas com vista à preparação do PAO 2018-20.

3. Conclusão

Em suma, conclui-se que o Relatório Económico-Financeiro relativo ao 3.º trimestre de 2017, apresentado pelo Conselho de Administração da APSS, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada e justificativa das alterações ocorridas, não tendo sido detetadas quaisquer anomalias, salvaguardando-se, contudo, os principais aspetos e considerações evidenciados no Memorando de Acompanhamento do ROC, que integra o Conselho Fiscal, constante do anexo ao presente documento.

A Sociedade continua a evidenciar uma estrutura económico financeira equilibrada, com desempenho semelhante ao verificado no período homólogo.

Por último uma nota para referir que, pese embora os relatórios trimestrais de execução orçamental reflitam a atividade da empresa, revela-se necessário, neste âmbito, a existência de um Plano de Atividades e Orçamento aprovado, enquanto peça fundamental do processo

9
2

de planeamento e controle do exercício de autonomia de gestão. Por este facto e face à execução orçamental efetuada revelar-se-á de importância a prolação de ato que configure uma ratificação da atividade desenvolvida no ano em causa.

23 de janeiro de 2018

O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (*Presidente*)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (Vogal Efetivo)

Anexo: Memorando de Acompanhamento da SROC (Vogal Efetivo do Conselho Fiscal)

***Administração dos Portos de Setúbal e
Sesimbra, S.A.***

Memorando de Acompanhamento – Terceiro
Trimestre de 2017



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Memorando de Acompanhamento – Terceiro Trimestre de 2017

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., relativa ao terceiro trimestre de 2017, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2017”, que inclui, entre outros aspetos, (i) análise orçamental, (ii) análise financeira comparativa, (iii) análise do plano de investimentos e (iv) programa “pagar a tempo e horas”.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2017”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20171-185

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente

mh

g

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Principais aspetos e considerações

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1 O balanço e a demonstração dos resultados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por "Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2017".

6.2 As reservas referidas na Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, datada de 14 de junho de 2017, mantem-se na informação financeira relativa a 30 de setembro de 2017, nomeadamente:

a) o não reconhecimento pela APSS de ativos e passivo, resultantes de um contrato de concessão, o qual prevê o pagamento de uma indemnização pela reversão de determinados bens no final da concessão, por decisão unilateral do concessionário, devido ao facto de ser sua expectativa de que o contrato irá ser prorrogado por um período de tempo que permitirá a amortização integral desses bens. Atendendo a que, ao contrário da expectativa inicial, esta situação não tem evolução desde 2016, não temos informação que nos permita avaliar sobre a possibilidade e o momento de concretização deste pressuposto, não estando em condições de concluir sobre a sua razoabilidade e, consequentemente, sobre os eventuais efeitos desta situação na informação financeira referente a 30 de setembro de 2017;

b) o facto de até à presente data não termos recebido nenhuma análise sobre as eventuais consequências da emissão, no final de 2016, pela Autoridade Tributária de um Parecer vinculativo a uma administração portuária, no âmbito do enquadramento em sede de IVA de serviços prestados a terceiros, nem existir divulgação detalhada sobre esta questão e respetivo tratamento contabilístico e fiscal da mesma, o que não nos permite concluir sobre a existência, ou não, de eventuais efeitos desta situação na informação financeira do período findo em 30 de setembro de 2017.

6.3 Tomámos conhecimento que no início de 2017 foi implementada a Fatura Única Portuária (FUP). Neste contexto informámos que acabamos de receber informação para análise, no sentido de percebermos se os controlos implementados pela APSS para garantir a sua conformidade face à legislação e demais normas aplicáveis e que os procedimentos contabilísticos e fiscais se mantêm em conformidade com as políticas contabilísticas, financeiras e fiscais adotadas pela empresa. Neste sentido, a esta data, a referida análise encontra-se em curso.

MA

6.4 Com referência a 30 de setembro de 2017, no âmbito do "Programa pagar a tempo e horas" e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>30.09.17</u>		<u>31.12.16</u>
(2)	(dias)	(1) e (2)
<u>52</u>		<u>46</u>

(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2016

(2) Este cálculo não inclui facturas emitidas por terceiros relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no montante de 277 milhares de euros, nem a faturação emitida pela entidade Águas do Sado, relativa a taxas de saneamento (conforme divulgado no Relatório Económico-Financeiro do 2º Trim.).

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APSS a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

De V. Exas.
Atentamente

18 de janeiro de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

59

***Administração dos Portos de Setúbal e
Sesimbra, S.A.***

Memorando de Acompanhamento – Terceiro
Trimestre de 2017

Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Memorando de Acompanhamento – Terceiro Trimestre de 2017

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., relativa ao terceiro trimestre de 2017, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2017”, que inclui, entre outros aspetos, (i) análise orçamental, (ii) análise financeira comparativa, (iii) análise do plano de investimentos e (iv) programa “pagar a tempo e horas”.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2017”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20171485

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no nº 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Principais aspetos e considerações

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1 O balanço e a demonstração dos resultados do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 3.º Trimestre 2017”.

6.2 As reservas referidas na Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, datada de 14 de junho de 2017, mantem-se na informação financeira relativa a 30 de setembro de 2017, nomeadamente:

a) o não reconhecimento pela APSS de ativos e passivo, resultantes de um contrato de concessão, o qual prevê o pagamento de uma indemnização pela reversão de determinados bens no final da concessão, por decisão unilateral do concessionário, devido ao facto de ser sua expectativa de que o contrato irá ser prorrogado por um período de tempo que permitirá a amortização integral desses bens. Atendendo a que, ao contrário da expectativa inicial, esta situação não tem evolução desde 2016, não temos informação que nos permita avaliar sobre a possibilidade e o momento de concretização deste pressuposto, não estando em condições de concluir sobre a sua razoabilidade e, consequentemente, sobre os eventuais efeitos desta situação na informação financeira referente a 30 de setembro de 2017;

b) o facto de até à presente data não termos recebido nenhuma análise sobre as eventuais consequências da emissão, no final de 2016, pela Autoridade Tributária de um Parecer vinculativo a uma administração portuária, no âmbito do enquadramento em sede de IVA de serviços prestados a terceiros, nem existir divulgação detalhada sobre esta questão e respetivo tratamento contabilístico e fiscal da mesma, o que não nos permite concluir sobre a existência, ou não, de eventuais efeitos desta situação na informação financeira do período findo em 30 de setembro de 2017.

6.3 Tomámos conhecimento que no início de 2017 foi implementada a Fatura Única Portuária (FUP). Neste contexto informámos que acabamos de receber informação para análise, no sentido de percebermos se os controlos implementados pela APSS para garantir a sua conformidade face à legislação e demais normas aplicáveis e que os procedimentos contabilísticos e fiscais se mantêm em conformidade com as políticas contabilísticas, financeiras e fiscais adotadas pela empresa. Neste sentido, a esta data, a referida análise encontra-se em curso.

MM

6.4 Com referência a 30 de setembro de 2017, no âmbito do “Programa pagar a tempo e horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>30.09.17</u>		<u>31.12.16</u>
(2)	(dias)	(1) e (2)
<u>52</u>		<u>46</u>

(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2016

(2) Este cálculo não inclui facturas emitidas por terceiros relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no montante de 277 milhares de euros, nem a faturação emitida pela entidade Águas do Sado, relativa a taxas de saneamento.

(conforme divulgado no Relatório Económico-Financeiro do 2º Trim.).

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APSS a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

De V. Exas.
Atentamente

18 de janeiro de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.